



AZ@BXL

Número: 226 Data: 2022.05.13

No título: Revelada [primeira imagem](#) do buraco negro no centro da Via Láctea.

(Fotografia captada no dia 12 de maio de 2022)

Créditos: [Event Horizon Telescope - Conselho Europeu de Investigação](#)

Destaques:

[Concluídos os trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa](#)

[Anunciados 1,16 mil milhões de euros para Portugal ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#)

[Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal no contexto da COVID-19 será descontinuado](#)

[Ações Marie Skłodowska-Curie: dois novos convites para apoiar investigadores e organizações](#)

[Relatório da Comissão Europeia sobre a aplicação da Diretiva Cuidados de Saúde Transfronteiriços na União Europeia](#)



16 de maio



Reunião da Comissão Ministerial Mista UE-Canadá

A terceira reunião da Comissão Ministerial Mista UE-Canadá terá lugar a 16 de maio de 2022, em Bruxelas, [assinalando](#) o quinto aniversário da aplicação provisória do Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá em 2017. A reunião será copresidida pelo alto representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, e pela ministra dos Negócios Estrangeiros do Canadá, Mélanie Joly, contando com a participação dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros da UE. A Comissão Ministerial Mista, criada ao abrigo do Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá, analisará a

situação das relações bilaterais e formulará recomendações para que no próximo ano se aprofunde ainda mais a cooperação em domínios de interesse mútuo.

16 a 20 de maio



Semana Europeia das Competências Vocacionais 2022

A sexta edição da Semana Europeia das Competências Vocacionais - a semana anual que celebra as melhores práticas no Ensino e Formação Profissionais (EFP), irá [acolher](#) eventos realizados por organizações locais, regionais, nacionais e outros parceiros. Lançada em 2016, a iniciativa da Comissão Europeia reúne todas as partes interessadas - professores, organizações, estudantes e formadores.

16 e 17 de maio



Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar do Parlamento Europeu (ENVI)

Nos próximos dias 16 e 17 de maio, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar do Parlamento Europeu (comissão parlamentar responsável) [votará](#) as propostas de relatórios de base - e as propostas de alteração relativas aos mesmos - relacionadas com a maior parte dos ficheiros legislativos no âmbito do "Objetivo 55". O pacote Objetivo 55 é um conjunto de propostas destinadas a rever e atualizar a legislação da UE e a criar novas iniciativas com o objetivo de assegurar que as políticas da UE estejam em consonância com os [objetivos climáticos acordados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu](#). Isto é, o "Objetivo 55" refere-se à meta juridicamente vinculativa da UE de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030 (objetivo intermédio), e de alcançar a neutralidade climática até 2050 (objetivo final).

Até 17 de maio



Segundo conjunto de convites à apresentação de propostas do Programa Europa Digital

A Comissão [abriu o segundo conjunto de convites](#) à apresentação de propostas do Programa Europa Digital. Este financiamento prevê um investimento superior a 249 milhões de euros em várias áreas: espaços de dados, infraestruturas de cadeias de blocos europeias, cursos de formação para competências digitais avançadas, soluções digitais para melhores serviços governamentais, projetos-piloto de utilização de inteligência artificial (IA) para combater o crime, e instalações de teste de IA. Este último testará a IA para manufatura, alimentos, saúde e comunidades inteligentes. Além disso, um investimento de 43 milhões de euros em subvenções apoiará a cibersegurança no setor da saúde e a implantação de uma rede de centros para ajudar os Estados-Membros a aplicar a legislação pertinente da UE em matéria de cibersegurança.



Acesso ao financiamento para as pequenas explorações agrícolas na União Europeia

A Comissão Europeia - Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DG AGRI), em parceria com o Banco Europeu de Investimento, irá promover a [conferência](#) "Acesso ao financiamento para as pequenas explorações agrícolas na UE", que terá lugar na terça-feira, 17 de maio de 2022, das 9.20 às 13.30, em Bruxelas e em linha. O evento contará com a presença do Comissário europeu da Agricultura, Janusz Wojciechowski.



Reunião da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (COMAGRI)

Da [agenda](#) da próxima reunião da COMAGRI (ponto 4), consta a presença do Economista-Chefe da FAO, Máximo Torero, que discutirá a situação dos mercados alimentares mundiais. A sessão contará também com a presença de deputados do Parlamento ucraniano. Será também apresentado o Relatório de Iniciativa "[Uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE - Rumo a zonas rurais mais fortes, conectadas, resilientes e prósperas até 2040](#)".

17 e 18 de maio



Fórum sobre Energia Limpa para as Ilhas da União Europeia - 2022

A edição deste ano do fórum "Energia limpa para as ilhas da UE" intitula-se "Da visão de energia limpa à ação de energia limpa", e terá lugar na ilha grega de Rodes nos dias 17 e 18 de maio. A Comissária Europeia para a Energia, Kadri Simson, dará as boas-

vindas aos participantes no primeiro dia e a abertura será seguida de debates em painéis políticos de alto nível, workshops e visitas locais, dando-se a conhecer exemplos de como passar da visão de energia limpa para a ação de energia limpa.

O fórum de 2 dias permitirá aos participantes obter informações sobre os passos práticos para a descarbonização das ilhas da UE e aprender mais sobre os projetos de energia limpa em curso e concluídos em ilhas. Todas as informações, assim como a inscrição poderão ser acedidas [aqui](#).



EU Missions info days

As Missões da UE são uma nova forma de trazer soluções concretas para alguns dos nossos maiores desafios. Têm objetivos ambiciosos e produzirão resultados concretos até 2030, na saúde, no clima e no ambiente. Nestes *Info Days* serão apresentados uma vasta gama de novos tópicos para as cinco missões, na sequência da alteração ao Programa de Trabalho das Missões 2021-2022 no âmbito de Horizonte Europa. O [evento](#) fornecerá aos potenciais candidatos informações específicas sobre os convites para o Programa de Trabalho das novas Missões, oportunidades de financiamento e prazos. Não é necessária inscrição prévia.

18 a 20 de maio



Conferência ministerial das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia

A conferência ministerial das Regiões Ultraperiféricas da União terá lugar no quadro da Presidência francesa do Conselho da União Europeia. Este [evento](#), inicialmente previsto para janeiro e adiado devido à pandemia de Covid-19, terá lugar na Martinica, a região que detém a presidência da [Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas](#).

Até 23 de maio



Comissão consulta partes interessadas sobre os acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura

A Comissão Europeia convida as partes interessadas, como os produtores primários, os transformadores, os fabricantes, os grossistas, os retalhistas e os fornecedores de fatores de produção, a partilharem a sua experiência com acordos que visam a consecução dos objetivos de sustentabilidade nas cadeias de abastecimento agroalimentar.

As reações das partes interessadas ajudarão a Comissão a elaborar orientações sobre uma nova derrogação que isenta os acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura das regras de concorrência em determinadas condições. As partes interessadas são convidadas a apresentar os seus pontos de vista no [sítio Web da Comissão relativo à consulta](#) até 23 de maio de 2022. A Comissão analisará cuidadosamente todos os contributos e publicará as observações, uma síntese dos principais resultados e das principais conclusões no sítio Web da consulta. A Comissão tenciona realizar uma consulta pública sobre o projeto de orientações em 2023.

Até 26 de maio



Consulta Pública relativa à Revisão do Regulamento Serviços Aéreos

Esta [iniciativa](#) irá tornar o setor dos serviços aéreos mais resiliente e mais sustentável, continuando simultaneamente a assegurar a conectividade e a concorrência, a proteger os interesses dos consumidores e a preservar o emprego de elevada qualidade. O Regulamento Serviços Aéreos estabelece regras comuns para os serviços aéreos na UE, incluindo: os requisitos aplicáveis às licenças de exploração; a liberdade de prestação de serviços e em que circunstâncias essa liberdade pode ser excepcionalmente restringida; a forma como os preços devem ser apresentados aos consumidores.

Até 29 de maio



Novo Bauhaus Europeu: apoio às cidades e aos cidadãos com vista a iniciativas locais

A Comissão Europeia [anunciou](#) três novos convites à apresentação de propostas para converter o Novo Bauhaus Europeu numa realidade concreta. O apoio destina-se especificamente aos cidadãos e às cidades e vilas, para os ajudar a integrar solidamente o projeto do Novo Bauhaus Europeu nas suas comunidades.

Os primeiro e segundo convites à apresentação de propostas, lançados pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, centram-se em atividades de participação dos cidadãos e na criação conjunta de espaços públicos com os cidadãos. O terceiro e último convite à apresentação de propostas, «Support to New European Bauhaus Local Initiatives» (apoio às iniciativas locais do

Novo Bauhaus Europeu), proporciona assistência técnica aos municípios de pequena e média dimensão, que não dispõem da capacidade nem dos conhecimentos especializados necessários para concretizar as suas ideias de projetos no âmbito do Novo Bauhaus Europeu. O prazo da apresentação de propostas dos dois convites do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia termina em 29 de maio de 2022, às 23h59 CEST.

30 e 31 de maio



Reunião extraordinária do Conselho Europeu

Os chefes de Estado e de Governo da União Europeia juntar-se-ão em Bruxelas para debater os mais recentes desenvolvimentos políticos. Todas as informações serão disponibilizadas [aqui](#).

Até 31 de maio



Candidaturas ao Interreg Europe – 5 de abril a 31 de maio

O programa Interreg Europe apoia o intercâmbio e a transferência de experiências, abordagens inovadoras e o desenvolvimento de capacidades entre as autoridades públicas e outras organizações relevantes em toda a Europa. Procura desenvolver instrumentos de política de desenvolvimento regional, incluindo no âmbito do objetivo de investimento para o emprego e crescimento.

A Comissão Europeia convida todas as partes interessadas a apresentarem até 31 de maio as suas propostas para projetos de cooperação inter-regional. Os primeiros três anos dos projetos ("fase central") são dedicados ao intercâmbio e transferência de experiência entre os parceiros participantes. No quarto e último ano ("fase de acompanhamento"), as regiões concentram-se principalmente no acompanhamento dos resultados e impacto da cooperação. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).



Conferência 2022 sobre auditoria interna

A Comissão Europeia irá promover, em Bruxelas, no dia 31 de maio, uma conferência sobre auditoria interna. Pretende-se analisar o papel que os auditores internos podem desempenhar como consultores de confiança no apoio das organizações tendo em vista a consecução dos seus objetivos de recuperação. A inscrição e informações adicionais poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 9 de junho



Consulta pública relativa à iniciativa da UE relativa aos polinizadores — revisão

A Comissão Europeia abriu um [período de consulta pública](#) relativa à "Iniciativa da UE relativa aos polinizadores — revisão". Fimada esta fase, estará previsto que a Comissão lance uma nova Comunicação sobre a temática no terceiro trimestre de 2022.

Segundo a Comissão: «A iniciativa da UE relativa aos polinizadores constituiu uma primeira resposta ao grave declínio dos insetos polinizadores na Europa, mas a UE precisa agora de intensificar os seus esforços. Por conseguinte, a Comissão irá rever a iniciativa e criar instrumentos e medidas que permitam fazer face aos principais fatores subjacentes a este declínio. Esta iniciativa ajudará a cumprir o objetivo do Pacto Ecológico Europeu de inverter o declínio dos polinizadores até 2030, assegurando que estes possam continuar a proporcionar benefícios essenciais à natureza e aos seres humanos.».

15 e 16 de junho



Conferência sobre o Pacto Rural

Estão abertas as [inscrições](#) para a [Conferência sobre o Pacto Rural](#) que será realizada em Bruxelas (com possibilidade de ser acompanhada remotamente). A conferência é organizada pela Comissão Europeia em parceria com o Comité das Regiões Europeu, Comité Económico e Social Europeu, Parlamento Europeu, Presidência do Conselho Europeu, e Parlamento Rural Europeu.

A 30 de junho de 2021, a Comissão adotou uma comunicação sobre a visão a longo prazo para as zonas rurais da UE. Como parte desta visão para criar zonas rurais mais fortes, mais ligadas, mais prósperas e mais resilientes, a Comissão comprometeu-se a criar um Pacto Rural. Ao reunir os níveis de governação nacional, regional e local, bem como as partes interessadas e as

instituições da UE, este pacto servirá como um quadro de cooperação, apoiará um melhor acesso ao financiamento e contribuirá para assegurar que as necessidades específicas das diversas zonas rurais da Europa sejam tidas em conta.

Até 21 de junho



Consulta pública: Fuga de cérebros — atenuar os desafios associados ao declínio demográfico (comunicação)

A Comissão Europeia está a preparar uma comunicação sobre a fuga de cérebros e os desafios associados ao declínio da população. Esta publicação está prevista para o final de 2022 para avaliar a escala, dinâmica e impulsores do fenómeno da fuga de cérebros, entender seus efeitos socioeconómicos de longo prazo e propor soluções para melhorar a atratividade das regiões impactadas.

A fim de recolher provas, opiniões e sugestões dos cidadãos e das partes interessadas, a Comissão lançou a [consulta pública](#) tendo como objetivo obter informações sobre a escala e a dinâmica da fuga de cérebros e sobre as áreas afetadas. Outro dos objetivos consiste em identificar práticas, estratégias e políticas que tenham tido sucesso no combate à emigração de trabalhadores qualificados.

Até 4 de julho



Consulta pública: Impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas — avaliação das taxas do imposto especial de consumo e das estruturas fiscais

As regras da UE regem a tributação do álcool e das bebidas alcoólicas. As regras relativas à estrutura fiscal foram recentemente alteradas, mas as taxas do imposto especial de consumo não são alteradas desde 1992. A avaliação examinará se as taxas do imposto especial sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas contribuíram para o bom funcionamento do mercado único da UE. A avaliação servirá de base à iniciativa prevista. Informações adicionais [aqui](#).

Até 21 de julho



Consulta pública: Sistema alimentar sustentável da UE

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública](#) sobre uma proposta de regulamento, que pretende publicar no quarto trimestre de 2023, relativa ao sistema alimentar sustentável da UE. A nova proposta de regulamento visa tornar o sistema alimentar da UE sustentável e integrar a sustentabilidade em todas as políticas relacionadas com a alimentação. Estabelecerá princípios e objetivos gerais, juntamente com os requisitos e responsabilidades de todos os intervenientes no sistema alimentar da UE. Mais especificamente, estabelecerá regras sobre: rotulagem em matéria de sustentabilidade dos produtos alimentares; critérios mínimos para uma aquisição pública sustentável dos produtos alimentares; e governação e monitorização.

Até 22 de julho



Consulta pública sobre a legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas

A Comissão Europeia abriu um período de [consulta pública](#) relativa à legislação aplicável às plantas produzidas através de determinadas novas técnicas genómicas. A Comissão pretenderá com a publicação da proposta do regulamento, prevista para o segundo trimestre de 2023, propor um quadro jurídico para as plantas obtidas por mutagenese e cisgenese dirigidas, bem como para géneros alimentícios e alimentos para animais delas resultantes. A iniciativa baseia-se nas conclusões de um estudo da Comissão sobre [novas técnicas genómicas](#). O objetivo é manter um elevado nível de proteção da saúde humana e animal e do ambiente, permitir a inovação no sistema agroalimentar e contribuir para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu e da estratégia «do prado ao prato».

Até 31 de julho



Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo - convite à apresentação de trabalhos

A 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio Daphne Caruana Galizia de Jornalismo. A distinção premeia anualmente o jornalismo de excelência que promove ou defende os princípios e valores fundamentais da União Europeia como a dignidade humana, liberdade, democracia,

igualdade, Estado de direito e direitos humanos. Daphne Caruana Galizia foi uma jornalista e ativista anticorrupção maltesa que noticiou amplamente sobre corrupção, lavagem de dinheiro, crime organizado, venda de cidadania e as ligações do governo maltês aos “Panamá Papers”. Após assédio e ameaças, foi assassinada numa explosão de um carro armadilhado a 16 de outubro de 2017.

Até 4 de agosto



Aberta consulta pública sobre a avaliação da Diretiva Responsabilidade Ambiental (Diretiva 2004/35/CE)

A Diretiva Responsabilidade Ambiental ([DRA](#)) estabeleceu um quadro de responsabilidade ambiental baseado no princípio do «poluidor-pagador», a fim de prevenir e reparar os danos causados ao solo, às águas (superficiais, subterrâneas, de transição, costeiras e marinhas) e à biodiversidade (espécies e *habitats* naturais protegidos pelas Diretivas [Aves](#) e [Habitats](#)). A presente [consulta pública](#) constitui um meio importante de recolher os pontos de vista e a experiência prática das partes interessadas. A [avaliação](#) basear-se-á igualmente nos relatórios apresentados pelos Estados-Membros à Comissão, durante abril de 2022, sobre a aplicação da DRA.



Agricultura

Aprovados 400 milhões de ajudas estatais francesas para apoiar as explorações agrícolas e piscícolas

A Comissão Europeia aprovou um regime de ajuda francês no valor de 400 milhões de euros para apoiar as explorações agrícolas e pisciculturas no contexto da invasão russa da Ucrânia. O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro temporário de crise relativo a medidas de auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia](#), adotado pela Comissão a 23 de março de 2022, com base no artigo 107(3)(b) do TFUE e reconhecendo que a economia da UE está a enfrentar uma grave perturbação.

Ao abrigo deste regime, a ajuda assumirá a forma de subvenções diretas. O objetivo do regime é cobrir parte do aumento dos custos de alimentação das explorações agrícolas e de piscicultura. A Comissão considerou que o regime francês estava de acordo com as condições estabelecidas no quadro da crise temporária. Em particular, a ajuda não excederá 35 mil euros por beneficiário; e (ii) será concedida o mais tardar até 31 de dezembro de 2022.

A Comissão concluiu que o regime é necessário, adequado e proporcional para sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro, em conformidade com o artigo 107.º, n.º 3, alínea b), do TFUE e as condições estabelecidas no Quadro Temporário de Crise. Nesta base, a Comissão aprovou a medida ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais. A versão não confidencial da decisão será disponibilizada sob o número de processo SA.102784 no [Registo de Auxílios Estatais](#) no sítio Web da Comissão sobre Concorrência, uma vez resolvidas quaisquer questões de confidencialidade.

Utilização de indicadores para o bem-estar animal na exploração

No [relatório sobre a utilização de indicadores para o bem-estar animal na exploração](#), a Comissão Europeia (DG SANTE) avalia a abordagem dos Estados-Membros em assegurar o bem-estar animal nas explorações agrícolas. A avaliação, que decorreu ao longo dos últimos dois anos, analisa a qualidade dos sistemas de controlo oficial, a utilização de indicadores de bem-estar animal para medir a extensão e a gravidade dos problemas, e a fiabilidade dos dados que os Estados-Membros recolhem e reportam. O relatório concentra-se nas aves de capoeira (particularmente frangos de carne), suínos e bovinos de leite.

O futuro do modelo agrícola europeu: implicações socioeconómicas e territoriais do declínio do número de explorações agrícolas e de agricultores na UE

Foi [apresentado](#) no Parlamento Europeu o estudo intitulado de "[O futuro do modelo agrícola europeu: implicações socioeconómicas e territoriais do declínio do número de explorações agrícolas e de agricultores na UE](#)". O estudo foi solicitado o ano passado, a um conjunto de entidades externas e tenta traçar como será a agricultura da UE em 2040. No estudo é

referido que o Modelo Agrícola Europeu (EFM) baseia-se no reconhecimento da multifuncionalidade e diversidade dos sistemas agrícolas europeus, e na noção de que a agricultura da UE é um fornecedor crucial de bens públicos.

Quase todas as regiões da UE estão a sofrer alterações estruturais a longo prazo na agricultura - um aumento constante da dimensão média das explorações agrícolas e uma concentração da produção em explorações agrícolas de maior dimensão, com grandes variações temporais e regionais; o declínio é mais forte nos novos Estados-Membros. O número de explorações agrícolas na UE-27 diminuiu entre 2003 e 2016 de cerca de 15 para 10 milhões (-32%), com as explorações com +50 ha a aumentar em 7%. Prevê-se que uma grande maioria das regiões NUTS-2 da UE esteja sob risco moderado de declínio, enquanto outras 16%, estão repartidas sob risco elevado (8%) ou muito elevado (8%) (projeção de 2016 a 2040). Por outro lado, para aumentar a resiliência das explorações agrícolas, esclarece-se que as medidas devem apoiar a agregação de valor aos produtos, formação e serviços de aconselhamento, a eliminação dos entraves para a entrada de novos agricultores, gestão de riscos e ação coletiva, e revisão geral da política agrícola, com um maior enfoque nas medidas de desenvolvimento rural.

Novo estudo revela como a PAC está a contribuir para o bem-estar animal e para a redução do uso de antimicrobianos

A Comissão Europeia publicou um [estudo](#) que analisa a forma como a Política Agrícola Comum (PAC) 2014-20 contribuiu para melhorar o bem-estar animal e reduzir a utilização de antimicrobianos. O estudo fornece um retrato da situação relativa ao bem-estar animal e à utilização de antimicrobianos em toda a UE, bem como recomendações para melhor avaliar as futuras realizações da PAC 2023-27 a esse respeito. A melhoria do bem-estar animal e o combate à resistência antimicrobiana estão incluídos num dos dez objetivos da nova PAC, "responder às exigências da sociedade em matéria de alimentação e saúde".

Os instrumentos e medidas da PAC têm a capacidade de contribuir para o bem-estar animal e para a redução da utilização de antimicrobianos. Na maioria das regiões/Estados-Membros estudados, o bem-estar animal e a utilização de antimicrobianos foram abordados através de medidas de desenvolvimento rural. Provaram ser mais eficazes quando combinam investimentos em melhores condições de alojamento, alimentação e gestão da saúde. Por exemplo, ao aumentar a sensibilização dos agricultores através de serviços de aconselhamento, compromissos e formação. Na maioria dos Estados-Membros/regiões estudados, a condicionalidade através de requisitos da legislação da UE sobre bem-estar animal e legislação alimentar foi eficaz para influenciar as práticas dos agricultores.

A pressão da sociedade também pode levar os agricultores e as autoridades de gestão a apoiarem mudanças nas práticas. Por exemplo, as normas de comercialização para a produção de ovos estabelecidas a nível da UE influenciaram a procura dos consumidores e as escolhas de produção, exigindo a rotulagem obrigatória dos ovos de acordo com os sistemas de produção e as condições de alojamento das galinhas poedeiras.

Corredores solidários para ajudar a Ucrânia a exportar produtos agrícolas

A Comissão Europeia publicou um [plano de ação](#) para estabelecer «corredores solidários» para permitir à Ucrânia exportar os seus cereais, mas também importar as mercadorias de que necessita, desde a ajuda humanitária a alimentos para animais e fertilizantes. Segundo a Comissão, há mais de «20 milhões de toneladas de cereais que têm de sair da Ucrânia em menos de três meses, utilizando as infraestruturas de transportes da UE.».

Para eliminar estes obstáculos e criar os corredores solidários, a Comissão, juntamente com os Estados-Membros e as partes interessadas, [trabalhará](#), a curto prazo, nas seguintes ações prioritárias: (i) material circulante, embarcações e camiões de mercadorias suplementares; (ii) capacidade das redes de transporte e dos terminais de transbordo: deve ser dada prioridade às exportações de produtos agrícolas ucranianos, e os gestores das infraestruturas devem disponibilizar faixas horárias ferroviárias para essas exportações. A Comissão apela igualmente aos agentes do mercado para que transfiram urgentemente os carregadores móveis de cereais para os terminais fronteiriços pertinentes, a fim de acelerar o transbordo. Um [acordo de transporte rodoviário](#) com a Ucrânia eliminará igualmente os estrangulamentos; (iii) Operações aduaneiras e outros controlos; (iv) armazenagem de mercadorias no território da UE. Em circunstâncias normais, 75 % da produção de cereais da Ucrânia é exportada, gerando cerca de 20 % das receitas anuais de exportação do país. Antes da guerra, pelos portos ucranianos do mar Negro transitavam 90 % das suas exportações de cereais e oleaginosas. Cerca de um terço das exportações destina-se, respetivamente, à Europa, à China e a África.

BEI financia construção de fábrica de laticínios na Estónia

O Banco Europeu de Investimento (BEI) [assinou](#) um empréstimo de 29 milhões de euros com a cooperativa de laticínios E-Piim Tootmine (Estónia) para apoiar a construção de uma fábrica de laticínios. O investimento do BEI é apoiado pelo [Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos](#), o principal pilar do [Plano de Investimento para a Europa](#). A nova fábrica irá substituir parcialmente algumas instalações de fabrico envelhecidas e expandir significativamente a capacidade de produção existente, ao mesmo tempo que acrescenta uma quarta instalação de produção. Processará, por exemplo, leite dos membros da cooperativa em produtos láteos de alto valor acrescentado, tais como queijo duro e semiduro (gouda e cheddar), nata pasteurizada, e soro de leite em pó.

O investimento irá também apoiar a agricultura sustentável. A cooperativa promove a criação sustentável de animais pelos seus membros, que são também eles os seus fornecedores de leite. Além disso, a empresa implementa um programa de carbono zero, visando emissões líquidas zero de carbono até 2040 e uma redução de 55% até 2030, inclusive nos seus fornecedores de leite. O Comissário europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Janusz Wojciechowski, afirmou:

"Congratulo-me com este acordo entre o BEI e a cooperativa estónia de laticínios E-Piim, que ajudará a construir um sistema alimentar sustentável e amigo dos animais. O financiamento permitirá à E-Piim modernizar as suas infraestruturas, promover a criação animal sustentável, e reduzir as suas emissões até 2040. Isto está de acordo com as nossas ambições ambientais". O Plano de Investimento para a Europa mobilizou até agora 546,5 mil milhões de euros de investimento, beneficiando mais de 1,4 milhões de pequenas e médias empresas. A E-Piim é um dos maiores produtores e exportadores de queijo e manteiga na Estónia, propriedade de mais de uma centena de produtores locais de laticínios. As fábricas da E-Piim foram estabelecidas no início do século XX: a primeira em 1910 em Põltsamaa e a segunda em 1911 em Järva-Jaani. Produzem queijo, manteiga e leite em pó a partir de mais de 120 mil toneladas de leite.



Ambiente

Biodiversidade: mais três mil milhões de árvores até 2030 - A aplicação *MapMyTree* disponível a todos os cidadãos que queiram registar as árvores que plantaram

Atualmente, a aplicação em linha [MapMyTree](#) está disponível a todos os cidadãos que queiram participar no compromisso de plantar mais três mil milhões de árvores até 2030. Cada pessoa que plantar uma árvore poderá registar e mapear as suas árvores, contribuindo para o objetivo da UE. Frans Timmermans, vice-presidente executivo para o Pacto Ecológico, referiu: "As árvores são os nossos melhores aliados no combate à crise climática e de biodiversidade: limpam o nosso ar, arrefecem as cidades e absorvem CO2. Até ao final desta década, deveremos ter plantado mais três mil milhões de árvores na UE. O balcão de árvores que estamos a lançar permitirá a todos contribuir para plantar entre uma a cem árvores."

Como parte do [Pacto Ecológico Europeu](#), a [Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030](#) compromete-se a plantar pelo menos [3 mil milhões de árvores adicionais na UE até 2030](#), no pleno respeito dos princípios ecológicos, o que significa a árvore certa no local certo para o fim certo. Aumentar-se-á a área florestal e a resiliência da UE, e a biodiversidade, endereçando-se a tripla crise global das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição. As florestas estão sob pressão crescente devido a ameaças e riscos de catástrofe.



Coesão

Anunciado o primeiro pagamento de 1,16 mil milhões de euros a Portugal ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

Durante as comemorações do Dia da Europa, em Portugal, a Comissária Elisa Ferreira anunciou o desembolso do primeiro pagamento de 1,16 mil milhões de euros (excluindo pré-financiamento) a Portugal ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), constituído por 553,44 milhões de euros em subvenções e 609 milhões de euros em empréstimos. Os pagamentos efetuados a Portugal ao abrigo do MRR são baseados no desempenho e dependem da implementação dos investimentos e reformas descritos no [plano de recuperação e resiliência de Portugal](#).

A 25 de janeiro de 2022, Portugal apresentou à Comissão um primeiro pedido de pagamento de 1,16 mil milhões de euros ao abrigo do [MRR](#), abrangendo 38 marcos e objetivos. Estes dizem respeito a reformas e investimentos nas áreas da saúde, habitação social, serviços sociais, investimento e inovação, qualificações e competências, silvicultura, economia azul, bioeconomia, gases renováveis (incluindo o hidrogénio), finanças públicas e administração pública. A 25 de março de 2022, a Comissão adotou uma avaliação preliminar positiva do pedido de pagamento de Portugal. O parecer favorável do Comité Económico e Financeiro do Conselho sobre o pedido de pagamento abriu caminho para que a Comissão adotasse uma decisão final sobre o desembolso dos fundos. Mais informações sobre o processo de pagamento do MRR podem ser encontradas neste [documento de perguntas e respostas](#). Mais informações sobre o Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal podem ser encontradas [aqui](#). Os montantes dos pagamentos efetuados aos Estados-Membros são publicados no [Painel de Avaliação da Recuperação e Resiliência](#), que mostra os progressos realizados na implementação do MRR como um todo e dos planos individuais de recuperação e resiliência.



Cultura e Educação

Finanças digitais: Comissão Europeia marca o lançamento do Desafio *Fintech*

A Comissão Europeia [realizará](#) na próxima segunda-feira uma conferência virtual para assinalar o lançamento do Desafio *Fintech* para a Ucrânia. O Desafio *Fintech* para a Ucrânia é um concurso internacional de codificação que terá lugar online em junho de 2022. Empresas e indivíduos de todo o mundo são convidados a desenvolver soluções tecnológicas que irão fornecer assistência aos ucranianos na sua vida diária, permitir a prestação de serviços diários às empresas, e apoiar a recuperação da Ucrânia. O Desafio *Fintech* para a Ucrânia consistirá em *workshops* de ideias e uma *hackathon*, ou seja, um concurso de codificação para desenvolver soluções tecnológicas para um determinado problema. Os vencedores serão anunciados em

Bruxelas no final do mês de junho. O Desafio *Fintech* para a Ucrânia é organizado pela [Associação Europeia de Financiamento Digital](#) (EDFA) em cooperação com a [Associação Ucraniana de Empresas Fintech e Inovadoras](#) (UAFIC). É financiado pela Comissão Europeia (DG FISMA).



Comissão Europeia e BEI assinam um acordo para permitir a realização de novos investimentos a nível mundial

A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento (BEI) [assinaram](#) um ambicioso acordo de garantia através do qual a Comissão Europeia apoiará até 26,7 mil milhões de EUR de operações financeiras do BEI para permitir a realização de investimentos públicos cruciais nos próximos sete anos em setores como as energias limpas, as infraestruturas digitais e de transportes, a saúde e a educação, lançando a Estratégia Global Gateway a nível mundial.

Este acordo de garantia será o maior acordo de garantia assinado no âmbito do novo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Mais («FEDS +»), criado com base no Regulamento IVCDI — Europa Global. Apoiará os países parceiros da UE na transição ecológica e digital e a implementação da Estratégia Global Gateway, incluindo o seu pacote de investimento África-Europa.

Este acordo de garantia permitirá ao BEI financiar a execução dos principais investimentos identificados nos planos económicos e de investimento da UE relativamente aos Balcãs Ocidentais e às regiões da vizinhança meridional e oriental. Está programada a afetação de mais de dois terços desta garantia a investimentos nos países do alargamento e nos países vizinhos. Contribuirá igualmente para financiar a reconstrução pós-guerra da Ucrânia. A parte restante será utilizada para empréstimos do BEI a favor de projetos na África Subsariana, Ásia, Pacífico, América Latina e Caraíbas.

Anti- trust: Comissão Europeia adota um novo regulamento de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais e novas orientações relativas às restrições verticais

A Comissão Europeia [adotou o novo Regulamento de Isenção por Categoria Vertical \(«VBER»\)](#), acompanhado das [novas Orientações Verticais](#), na sequência de uma avaliação e revisão exaustivas das regras de 2010. As regras revistas proporcionam às empresas regras e orientações mais simples, mais claras e atualizadas. As novas regras ajudá-las-ão a avaliar a compatibilidade dos seus acordos de fornecimento e distribuição com as regras de concorrência da UE num ambiente empresarial reconfigurado pelo crescimento do comércio eletrónico e das vendas em linha. O VBER revisto e as Orientações verticais revistas entrarão em vigor em 1 de junho de 2022.

O VBER isenta da proibição prevista no artigo 101.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE») os acordos entre empresas ativas em diferentes níveis da cadeia de produção ou de distribuição, sob reserva de determinadas condições. As regras oferecem, assim, uma zona de segurança em que determinados acordos são objeto de uma isenção por categoria. As principais alterações às regras anteriores centram-se no ajustamento da zona de segurança, a fim de garantir que esta não seja nem demasiado generosa nem demasiado restritiva.

NextGenerationEU: Comissão Europeia levanta mais 9 mil milhões de euros para apoiar a recuperação e a resiliência da Europa

A Comissão Europeia [emitiu](#) mais 9 mil milhões de euros numa transação de dupla tranche ao abrigo do instrumento de recuperação da NextGenerationEU. Trata-se da 9ª transação ao abrigo da NextGenerationEU, e a 4ª de 2022. Consistiu numa nova obrigação a 3 anos de 6 mil milhões de euros com vencimento em 4 de julho de 2025, e de 3 mil milhões de euros de uma obrigação existente a 30 anos com vencimento em 6 de julho de 2051. Esta é a primeira obrigação a 3 anos que a Comissão emitiu no âmbito da sua estratégia de financiamento diversificada. Com esta iniciativa, a Comissão estabeleceu agora as suas emissões em todo o espectro de prazos de vencimento das obrigações a longo prazo (3 a 30 anos).

As transações atraíram um interesse muito forte por parte dos investidores. A obrigação a 30 anos foi mais de 16 vezes subscrita com ofertas superiores a 48 mil milhões de euros, tornando-se assim a transação mais subscrita até à data. A Comissão continuará a utilizar os fundos angariados para apoiar a recuperação e a resiliência da Europa, financiando os Estados-Membros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, bem como ao abrigo de outros programas.

Fiscalidade das empresas

A Comissão Europeia [propôs](#) uma dedução para reduzir a distorção fiscal a favor da dívida, ou DEBRA, para ajudar as empresas a aceder ao financiamento de que necessitam e a tornar-se mais resilientes. Esta medida apoiará as empresas através da introdução de uma dedução que concederá aos capitais próprios o mesmo tratamento fiscal que à dívida. A proposta prevê que os aumentos de capitais próprios de um contribuinte de um exercício fiscal para o outro serão dedutíveis da sua matéria coletável, à semelhança do que acontece com a dívida. Esta iniciativa faz parte da [estratégia da UE relativa à tributação das empresas](#), que visa assegurar um sistema fiscal justo e eficiente em toda a UE e contribui para a [União dos Mercados de Capitais](#), tornando o financiamento mais acessível às empresas da UE e promovendo a integração dos mercados de capitais nacionais num verdadeiro mercado único.

A atual distorção favorável ao endividamento prevista nas regras fiscais, em que as empresas podem deduzir os juros associados a um financiamento por dívida – mas não os custos relacionados com o financiamento por capitais próprios – pode incentivar as empresas a contrair dívida em vez de aumentar os capitais próprios para financiar o seu crescimento. Os níveis de dívida excessivos tornam as empresas vulneráveis a alterações imprevistas no ambiente empresarial. O endividamento total das sociedades não financeiras na UE ascendeu a quase 14,9 biliões de EUR em 2020, ou seja, 111 % do PIB. Neste contexto, vale a pena salientar que as empresas com uma estrutura de capital sólida podem ser menos vulneráveis aos choques e mais propensas a fazer investimentos e a inovar. Por conseguinte, a redução da dependência excessiva do financiamento por dívida e o apoio a um eventual reequilíbrio da estrutura de capital das empresas podem afetar positivamente a competitividade e o crescimento. A abordagem combinada de uma dedução a favor dos capitais próprios e de uma dedução limitada de juros deverá aumentar os investimentos em 0,26 % do PIB e o PIB em 0,018 %.

Proteção dos consumidores

A Comissão Europeia [adotou](#) uma reforma das atuais [regras da UE em matéria de comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores](#) que regem os serviços financeiros vendidos à distância. A proposta reforçará os direitos dos consumidores e promoverá a prestação transfronteiras de serviços financeiros no mercado único. Este mercado evoluiu significativamente à luz da digitalização global do setor e dos novos tipos de serviços financeiros que foram desenvolvidos desde a primeira introdução das regras em 2002. Esta evolução foi ainda reforçada pelo impacto da pandemia de COVID-19, a qual contribuiu significativamente para um aumento das transações em linha.

Nos últimos 20 anos, a comercialização à distância de serviços financeiros prestados a consumidores mudou rapidamente. Os prestadores de serviços financeiros e os consumidores abandonaram os faxes, mencionados na diretiva, e surgiram novos intervenientes (como as empresas de tecnologia financeira) com novos modelos de negócio e novos canais de distribuição (por exemplo, serviços financeiros vendidos em linha). Além disso, o impacto da pandemia de COVID-19 e respetivos confinamentos acelerou a utilização das compras em linha em geral. A proposta da Comissão será agora debatida pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

Política de coesão da UE: Comissão Europeia adota Acordo de Parceria com a Finlândia no valor de 2 mil milhões de euros para 2021-2027

A Comissão [adotou](#) o Acordo de Parceria com a Finlândia, estabelecendo a estratégia de investimento da política de coesão da Finlândia para o período 2021-2027, no valor de 2 mil milhões de euros. Os fundos apoiarão a Finlândia na promoção da coesão económica, social e territorial, com enfoque nas principais prioridades da UE, tais como a transição verde e digital. Os fundos contribuirão igualmente para o crescimento competitivo, inovador e sustentável do país. O Acordo de Parceria com a Finlândia prepara o caminho para a implementação de programas operacionais específicos da coesão. Engloba 3 programas, dois dos quais abrangem todo o país e um diz respeito à região de Åland. Além disso, estabelece a elegibilidade e implementação do Fundo de Transição Justo nas regiões com instalações industriais mais intensivas em carbono, para as ajudar a enfrentar os desafios da transição para a neutralidade climática. O Acordo de Parceria com a Finlândia é o quinto acordo para o período de financiamento 2021-2027, seguindo-se aos da [Grécia](#), [Alemanha](#), [Lituânia](#) e [Áustria](#).



Energia

Estados-Membros concordam com o mandato de negociação para a proposta de armazenamento de gás

O Conselho [chegou](#) a acordo quanto ao seu mandato de negociação sobre uma proposta relativa ao armazenamento de gás. A fim de melhorar a segurança do aprovisionamento da UE no atual contexto geopolítico, a proposta visa assegurar que as capacidades de armazenamento de gás na UE sejam preenchidas antes da próxima estação de Inverno e possam ser partilhadas entre os Estados-Membros num espírito de solidariedade. O mandato foi acordado pelos representantes dos Estado-Membros no Coreper.

O mandato especifica as regras de armazenamento subterrâneo de gás e as possibilidades de contagem das reservas de gás natural liquefeito (GNL), ao mesmo tempo que limita as obrigações a um determinado volume do consumo anual de gás dos Estados-Membros nos últimos cinco anos, a fim de evitar um impacto desproporcionado em certos Estados-Membros com uma grande capacidade de armazenamento. Como nem todos os Estados-Membros têm instalações de armazenamento no seu território, o mandato estipula que os Estados-Membros sem instalações de armazenamento terão acesso a reservas de armazenamento de gás doutros Estados-Membros e terão de partilhar o encargo financeiro das obrigações de enchimento.

Os Estados-Membros acordaram que as obrigações de enchimento expirariam em 31 de dezembro de 2026. O mandato prevê ainda uma derrogação a ser concedida a Chipre, Malta e Irlanda, desde que não estejam diretamente interligados com o sistema de gás dos outros Estados-Membros.

Auditoria ao processo de produção de baterias na União Europeia

O Tribunal de Contas Europeu (TCE) está a iniciar uma [auditoria](#) para descobrir se a Comissão Europeia tem sido eficaz a desenvolver o processo de produção de baterias na União Europeia para o tornar sustentável e competitivo a nível mundial.

A auditoria vai também esclarecer se o financiamento da UE permitiu aos projetos apoiados nos Estados-Membros obterem bons resultados. A auditoria surge numa altura em que se prevê um rápido aumento da produção de baterias na UE até 2025, que a tornará o segundo maior produtor mundial, atrás da China. O aumento da produção sustentável de baterias na União vai facilitar a sua transição para uma energia limpa. Além disso, é essencial para a competitividade da indústria automóvel e para reduzir a dependência de fornecedores estrangeiros, observa o TCE na antevisão hoje publicada. Outra tarefa fundamental para a União é obter as matérias-primas necessárias.

Em 2018, a UE apenas respondia por cerca de 3% da capacidade de produção mundial de células para baterias de íões de lítio (atualmente a tecnologia mais avançada para veículos elétricos). Em comparação, cerca de 66% localizava-se na China e 20% na Coreia do Sul, no Japão e noutros países asiáticos. O processo de produção de baterias tem várias fases: a extração e o processamento de matérias-primas; o fabrico de células; a montagem; e a reciclagem ou reconversão. Em 2018, a Comissão publicou um plano de ação estratégico para as baterias, que apresentou medidas para apoiar o seu processo de produção na Europa. Em 2020, propôs substituir a Diretiva da UE relativa às baterias e aos resíduos de baterias (de 2006 e que continua a ser a única legislação da União que abrange exclusivamente esta matéria) por um regulamento, que se encontra em processo de adoção pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. O relatório deverá estar concluído no prazo de cerca de um ano.



Estado de Direito

Concluídos os trabalhos da Conferência sobre o Futuro da Europa

No Dia da Europa, os presidentes do Parlamento, do Conselho e da Comissão [receberam](#) o relatório final incluindo propostas de reforma da UE. Numa cerimónia de encerramento em Estrasburgo, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, o presidente francês, Emmanuel Macron, em nome da Presidência do Conselho, e a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, receberam o [relatório final](#) sobre as conclusões da Conferência dos copresidentes do [Conselho Executivo](#) da Conferência.

Este exercício sem precedentes de intercâmbio, debate e colaboração entre cidadãos e políticos, ao longo de um ano, resultou neste relatório centrado em 49 propostas incluindo objetivos concretos e mais de 320 ações de acompanhamento pelas instituições da UE sobre os seguintes nove tópicos: alterações climáticas e ambiente; saúde; uma economia mais forte, justiça social e emprego; a UE no mundo; valores e direitos, Estado de direito, segurança; transformação digital; democracia europeia; migração; educação, cultura, juventude e desporto. As propostas baseiam-se nas recomendações dos cidadãos que participaram nos [Painéis de Cidadãos Europeus](#), nos [painéis nacionais](#), e nas contribuições apresentadas através [da plataforma digital multilingue](#).

Cooperação policial: Comissão Europeia propõe assinatura e conclusão de um acordo internacional com a Nova Zelândia

A Comissão Europeia [adotou](#) duas propostas de decisão do Conselho, tendo em vista a assinatura e conclusão de um acordo que permitirá o intercâmbio de dados pessoais entre a Europol e a Nova Zelândia. O Acordo permitirá a transferência de dados pessoais da Europol para as autoridades competentes da Nova Zelândia na luta contra a criminalidade grave e o terrorismo. Ao mesmo tempo, garantirá um elevado nível de proteção dos direitos fundamentais, incluindo através das necessárias salvaguardas em matéria de proteção de dados. A UE e a Nova Zelândia acordaram em reforçar a cooperação em matéria de aplicação da lei na sequência dos ataques de Christchurch em março de 2019. Uma vez aprovadas pelo Conselho, o Acordo será enviado ao Parlamento Europeu para a sua aprovação.



Inclusão social, Direitos Humanos

Combate ao abuso sexual de crianças

A Comissão Europeia [propôs](#) nova legislação comunitária procurando prevenir e combater o abuso sexual infantil em linha. Mais de 85 milhões de imagens e vídeos que retratam o abuso sexual de crianças foram reportados em todo o mundo só em 2021. A pandemia de COVID-19 exacerbou a questão, com a Fundação *Internet Watch* a registar um aumento de 64% nos relatos de abuso sexual de crianças em 2021, em comparação com o ano anterior. O atual sistema baseado na deteção e denúncia voluntária provou ser insuficiente para proteger adequadamente as crianças e, em qualquer caso, deixará de ser possível uma vez expirada a solução provisória atualmente em vigor. Até 95% de todas as denúncias de abuso sexual de crianças recebidas em 2020 provêm da mesma fonte, apesar das provas claras de que o problema não existe apenas numa única plataforma.

Para abordar eficazmente a má utilização dos serviços em linha para fins de abuso sexual de crianças, são necessárias regras claras, com condições e salvaguardas sólidas. As regras propostas obrigarão os fornecedores a detetar, denunciar e remover o material sobre abuso sexual de crianças dos seus servidores. Os prestadores terão de avaliar e mitigar o risco de utilização abusiva dos seus serviços, devendo as medidas tomadas ser proporcionais a esse risco e sujeitas a condições e salvaguardas

sólidas. Um novo centro independente da UE sobre o abuso sexual de crianças facilitará os esforços dos prestadores de serviços.

Nova estratégia da UE para proteger e capacitar as crianças no mundo

A Comissão adotou uma nova [estratégia europeia para uma Internet melhor para as crianças](#) (BIK +), que tem como objetivo promover serviços digitais adequados à idade e garantir que todas as crianças são protegidas, capacitadas e respeitadas em linha. Nos últimos dez anos, as tecnologias digitais e a forma como as crianças as utilizam mudaram drasticamente. A maioria das crianças utiliza os seus telemóveis inteligentes diariamente, e com uma intensidade quase duas vezes maior do que há dez anos. Também os utilizam a partir de uma idade muito mais precoce (ver [EU Kids online 2020](#)). Os dispositivos modernos oferecem oportunidades e benefícios, permitindo às crianças interagir com os outros, aprender e divertir-se em linha. Mas estes benefícios não estão isentos de riscos, como os perigos da exposição à desinformação, ao ciberassédio (ver [estudo do JRC](#)) ou a conteúdos nocivos e ilegais, dos quais as crianças precisam de ser protegidas. A nova estratégia europeia para uma Internet melhor para as crianças tem como objetivo promover conteúdos e serviços em linha acessíveis, adequados à idade e informativos, que sejam no interesse superior das crianças.

Tráfico de seres humanos

A Plataforma de Solidariedade comprometeu-se a acompanhar e implementar um [Plano Comum Anti-Tráfico](#) para lidar com os riscos do tráfico de seres humanos e apoiar potenciais vítimas entre aqueles que fogem da guerra na Ucrânia. Até 6 de maio, mais de 5,4 milhões de pessoas chegaram à União Europeia desde o início da guerra na Ucrânia. A grande maioria das pessoas que fogem da Ucrânia são mulheres e crianças. Mais de 13 mil crianças desacompanhadas foram registadas na UE até à data. Dados a nível da UE mostram que as mulheres e as crianças são particularmente vulneráveis ao tráfico de seres humanos: 75% de todas as vítimas na UE e 92% das vítimas traficadas para exploração sexual são mulheres e raparigas, enquanto as crianças representam quase um quarto das vítimas. O Plano foi desenvolvido sob a liderança do [Coordenador Anti-Tráfico da UE](#) e com o apoio das Agências e dos Estados-Membros da UE. Visa aumentar a sensibilização, reforçar a prevenção contra o tráfico de seres humanos, melhorar a aplicação da lei e a resposta judicial, bem como melhorar a identificação e o apoio às vítimas. O Plano aborda igualmente a cooperação a nível global e com países não pertencentes à UE, especialmente a Moldávia e a Ucrânia. Baseia-se na [Estratégia da UE de Luta contra o Tráfico de Seres Humanos](#).

Ucrânia: UE intensifica apoio aos sobreviventes da violência sexual e da violência baseada no género

A Comissão Europeia [anunciou](#) 1,5 milhões de euros de apoio ao Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) que prestará assistência a pessoas do sexo feminino na Ucrânia através de serviços de saúde sexual e reprodutiva. O financiamento visará fornecimentos e equipamentos essenciais, incluindo kits de emergência para mulheres grávidas. Além disso, serão criadas duas unidades móveis de cuidados de saúde para cuidados obstétricos de emergência e recém-nascidos. O financiamento faz parte da ajuda humanitária global da UE de 243 milhões de euros em resposta à guerra da Rússia na Ucrânia, que vem juntar-se à assistência em espécie ao país através do Mecanismo de Proteção Civil da UE.



Investigação científica, ciência

Comissão Europeia reforça orçamento do Programa Horizonte

A Comissão Europeia [aprovou](#) a alteração do plano de trabalho do [Horizonte Europa](#) para 2021-2022 reforçando o orçamento do programa em cerca de 562 milhões de euros. O objetivo é apoiar mais as [missões da UE](#) que visam soluções inovadoras para os desafios ambientais, no domínio da saúde e digitais, a par de novas ações para impulsionar o ecossistema europeu de inovação. O orçamento do programa para 2021 e 2022 ascende agora a cerca de 16 mil milhões de euros.

Deste montante adicional, 507,1 milhões de euros destinam-se às cinco missões da UE, uma forma nova e inovadora de encontrar soluções para alguns dos maiores desafios a enfrentar, trabalhando em conjunto com os cidadãos da UE e do resto do mundo. [Lançadas em setembro de 2021](#), estas missões visam alcançar objetivos ambiciosos no domínio da saúde, clima e ambiente até 2030. Vão ser lançados [17 novos convites à apresentação de propostas](#), que abrangem a missão «Cancro», a missão «Pacto Europeu para os Solos», a missão «Adaptação às Alterações Climáticas» e a missão «Recuperar os nossos oceanos e águas até 2030». Tal inclui um convite conjunto, que agrega as duas últimas missões, assim como ações adicionais de apoio à série de cinco, incluindo a [missão «Cidades»](#). No caso dos próximos convites à apresentação de propostas, a primeira ronda teve lugar a 12 de maio de 2022 e a segunda será a 24 de maio de 2022.

A missão «Restaurar os nossos oceanos e águas», por exemplo, contará com um orçamento de 117,9 milhões de euros. Esta missão inclui a contribuição para um convite conjunto com a missão «Adaptação às Alterações Climáticas» para proteger e restaurar os ecossistemas marinhos e de água doce e a biodiversidade, prevenir e eliminar a poluição dos oceanos, mares e águas e criar uma economia azul sustentável, neutra em carbono e circular. Já a missão «Pacto europeu para os solos» disporá de um orçamento de 95 milhões de euros para criar, entre outros, um novo repositório de conhecimentos, estudar o papel

da biodiversidade dos solos nos serviços ecossistémicos e identificar estratégias para a descontaminação e a reutilização dos solos.

Apoio aos investigadores deslocados da Ucrânia

A Comissão Europeia [anunciou](#) oficialmente o lançamento do programa [MSCA4Ukraine](#), que faz parte das [Ações Marie Skłodowska-Curie](#). O programa vai apoiar os investigadores deslocados da Ucrânia para que prossigam o seu trabalho em organizações académicas ou não académicas na Europa. Vai também permitir-lhes reinstalarem-se na Ucrânia para reconstruir a capacidade de investigação e de inovação do país. Com um orçamento total de 25 milhões de euros, o programa MSCA4Ukraine concederá bolsas a doutorandos e investigadores em pós-doutoramento, a fim de prosseguirem o seu trabalho em organizações académicas e não académicas nos Estados-Membros e nos países associados ao Horizonte Europa. Será executado por um consórcio experiente que apoia os investigadores em situação de risco.

Ações Marie Skłodowska-Curie: dois novos convites para apoiar investigadores e organizações

Foram [lançados](#) dois novos convites para apresentação de propostas no âmbito das [Ações Marie Skłodowska-Curie](#) (MSCA). O [primeiro convite](#) irá disponibilizar 427 milhões de euros este ano para apoiar novos programas de doutoramento que formem investigadores e cientistas nos meios académicos e noutros setores, incluindo a indústria e as empresas ([redes de doutoramento do MSCA](#)), sendo [15 de novembro de 2022](#) a data limite para a apresentação das candidaturas. O [segundo convite](#) irá disponibilizar 257 milhões a investigadores pós-doutorados, dando-lhes a oportunidade de trabalhar em projetos de investigação de ponta em todos os domínios, enquanto recebem formação e supervisão para melhorar as suas competências e impulsionar as suas carreiras na Europa e no mundo (bolsas de pós-doutoramento do MSCA), podendo as candidaturas serem apresentadas até [14 de setembro de 2022](#).

Programa para 2030 intitulado "Guião para a Década Digital": Conselho adota a sua posição

A fim de garantir que a UE cumpre os seus objetivos rumo à transformação digital que seja coerente com os seus valores, os Estados-Membros [chegaram](#) a acordo sobre o mandato de negociação relativo ao programa para 2030 intitulado "Guião para a Década Digital". Este texto visa reforçar a liderança digital da UE através da promoção de políticas digitais inclusivas e sustentáveis, ao serviço dos cidadãos e das empresas. Para o efeito, define metas digitais concretas, inclusive a nível industrial que a União, no seu conjunto, deverá alcançar até ao final da década, bem como uma nova forma de governação com os Estados-Membros, através de um mecanismo de cooperação entre a Comissão e os Estados-Membros, a fim de assegurar que a União atinge a sua ambição em conjunto.

Astrónomos apoiados pela UE revelam a primeira imagem do buraco negro no coração da nossa galáxia

Os astrónomos, apoiados por bolsas de investigação da UE, [revelaram](#) nesta quinta-feira a primeira imagem do buraco negro supermassivo no centro da nossa própria Via Láctea. A imagem fornece pistas valiosas sobre o funcionamento destes gigantes, que se pensa residirem no centro da maioria das galáxias. Ajuda também a confirmar, mais uma vez, a teoria da relatividade geral de Einstein. A imagem, em resolução sem precedentes, foi produzida pelo [Event Horizon Telescope](#) (EHT), uma colaboração científica global na qual cientistas financiados pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) desempenharam um papel fundamental. Anteriormente, os investigadores tinham visto estrelas a orbitar algo invisível, compacto e muito maciço no centro da Via Láctea, e suspeitavam da existência de um buraco negro. Esta nova imagem é a primeira prova visual direta de que este objeto, conhecido como Sagitário A*, é na realidade um buraco negro. Esta descoberta sensacional segue-se à publicação, em 2019, da [primeira imagem de sempre de um buraco negro](#) na galáxia mais distante chamada Messier 87. O esforço científico foi possível graças ao engenho de mais de 300 investigadores de 80 institutos de todo o mundo que, juntos, formam a rede EHT. Juntamente com a *US National Science Foundation*, a ERC prestou apoio crucial através do projeto "[BlackHoleCam](#)" no valor de 14 milhões de euros. Nas últimas duas décadas, a UE também apoiou o desenvolvimento e atualização das principais infraestruturas telescópicas essenciais para o sucesso do projeto EHT, investindo mais de 30 milhões de euros na [RadioNet](#).



Mar e Pescas

Fundo Europeu de Investimento apoia o financiamento de infraestruturas marítimas sustentáveis

O Fundo Europeu de Investimento (FEI) [investiu](#) 70 milhões de euros no Fundo para Infraestruturas Marítimas Sustentáveis, gerido pela Eurazeo. O investimento do FEI é apoiado pelo Fundo Europeu de Investimento Estratégico (EFSI), o principal pilar do [Plano de Investimento para a Europa](#). O Fundo de Infraestruturas Marítimas Sustentáveis tem como objetivo apoiar a transição da indústria marítima mundial para uma economia neutra em termos de carbono até 2050, de acordo com o objetivo

do Pacto Ecológico Europeu de zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2050. Com um total de 200 milhões de euros angariados, o fundo já atingiu mais de metade do seu volume alvo até à data.

O investimento total ajudará a financiar três ativos principais: navios equipados com tecnologias amigas do ambiente que utilizam combustíveis mais eficientes ou alternativos, equipamento e infraestruturas portuárias inovadoras para apoiar a transição verde, e ativos que apoiam o desenvolvimento das energias renováveis offshore. Paolo Gentiloni, Comissário para os Assuntos Económicos, afirmou: "Dada a grande quantidade de mercadorias transportadas diariamente nos nossos oceanos, é evidente que o setor marítimo deve dar um contributo importante para o nosso objetivo de neutralidade de carbono até 2050. O facto do Plano de Investimento para a Europa estar a ajudar a apoiar este fundo de infraestruturas marítimas sustentáveis é uma excelente notícia. Este acordo estabelece as bases para um forte financiamento de navios e infraestruturas portuárias mais sustentáveis para avançar com o desenvolvimento de energias renováveis offshore.

Relatório sobre os progressos realizados na execução da Diretiva 2014/89/UE que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo (OEM)

O executivo comunitário [refere](#) que a «Lituânia é um exemplo de práticas inovadoras dos Estados-Membros na tomada em consideração das interações terra-mar. O seu plano tem em conta os mapas das interdependências dos transportes marítimos, terrestres e aéreos com os países vizinhos que podem influenciar o OEM (e os projetos de infraestruturas transfronteiras em curso). Esta prática ilustra uma forma tradicional de trabalhar (análise das dependências) aplicada de forma inovadora, ao alargar a análise das interdependências marítimas, terrestres e aéreas a todos os países que podem influenciar a utilização do espaço marítimo do Estado-Membro.».

Acrescenta que a «elaboração dos planos de ordenamento do espaço marítimo exige dados diversificados em termos de domínio, zona geográfica, escala espacial e temporal, qualidade, disponibilidade e potencial de reutilização. A Diretiva OEM não prevê requisitos explícitos ou prescritivos em matéria de harmonização, comunicação ou partilha de dados. No entanto, ao longo do tempo foram desenvolvidos vários modelos de dados geoespaciais regionais para permitir a disponibilidade (e visualização) transfronteiras dos dados. Este importante trabalho foi levado a cabo por peritos em dados das administrações ou agências nacionais, muitas vezes no âmbito de projetos de cooperação transfronteiriça financiados pela UE.».



Mobilidade e Transportes

Objetivo 55: Eurodeputados apoiam normas de emissão de CO₂ para automóveis e carrinhas

A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) [adotou](#) na quarta-feira, com 46 votos a favor, 40 contra e duas abstenções, a sua posição sobre a revisão das normas de desempenho em matéria de emissões de CO₂ para automóveis novos e carrinhas, em conformidade com a crescente ambição da UE em matéria de clima. Os eurodeputados defendem que a Comissão deverá apresentar um relatório sobre os progressos no sentido de uma mobilidade rodoviária com emissões zero até ao final de 2025 e, posteriormente, numa base anual, abrangendo o impacto nos consumidores e no emprego, o nível de utilização de energias renováveis, bem como informações sobre o mercado de veículos em segunda mão. O relatório deverá ser aprovado durante a Sessão Plenária de junho e constituirá a posição negocial do Parlamento com os Estados-Membros.



Saúde

Auxílios Estatais: Comissão Europeia eliminará progressivamente o quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal no contexto da COVID-19

A Comissão Europeia [eliminará](#) progressivamente o [quadro temporário](#) relativo a medidas de auxílio estatal no contexto da COVID-19, adotado em [19 de março de 2020](#) e alterado pela última vez em [18 de novembro de 2021](#), o qual permite aos Estados-Membros corrigir uma perturbação grave da economia no quadro da pandemia de coronavírus. O quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal no contexto da COVID-19 não será prorrogado para além da atual data fixada para o seu termo, ou seja, 30 de junho de 2022, no que respeita à maior parte dos instrumentos disponibilizados. O atual plano de eliminação progressiva e de transição não se alterará, incluindo a possibilidade de os Estados-Membros adotarem medidas específicas de apoio ao investimento e à solvabilidade até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente, tal como já anunciado em novembro do ano passado.

Os Estados-Membros podem recorrer a todos os elementos do quadro temporário até 30 de junho de 2022. Após essa data, podem ainda converter empréstimos em montantes limitados de auxílio sob a forma de subvenções diretas, aplicando as condições do quadro temporário e se tal estiver previsto nos seus regimes nacionais. Essa conversão pode ser utilizada, em condições rigorosas, para amortizar, total ou parcialmente, empréstimos em benefício de mutuários que não estejam em

condições de os reembolsar. Os Estados-Membros podem também dispor de regimes que permitam a reestruturação de empréstimos, por exemplo, prorrogando a sua duração ou reduzindo as taxas de juro aplicáveis, dentro de limites específicos.

Resposta global à COVID-19: Comissão Europeia aumenta o financiamento para o lançamento da vacinação em África

A Comissão Europeia [anunciou](#) a sua intenção de aumentar o financiamento para acelerar a disponibilização de vacinas e outras ferramentas COVID-19 em África, com um apoio adicional de 400 milhões de euros. A Comissão prevê igualmente uma contribuição de 427 milhões de euros (450 milhões de dólares) para o Fundo Mundial de Preparação para a Pandemia, a fim de apoiar os esforços de prevenção e melhor resposta a futuras pandemias.

União Europeia da Saúde: Relatório da Comissão Europeia considera os direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços bem protegidos, mas os desafios permanecem

A Comissão Europeia publicou um [relatório](#) sobre os direitos dos doentes ao abrigo da Diretiva sobre Cuidados de Saúde Transfronteiriços e uma avaliação do seu impacto, dez anos após a sua adoção. O relatório confirma que a diretiva assegurou a igualdade de tratamento de todos os doentes da UE quando são tratados noutro país da UE, e que prevê o reembolso parcial ou total dos custos dos cuidados de saúde transfronteiriços. O relatório concluiu também que a diretiva poderia ajudar a reduzir o grande atraso nos tratamentos de rotina não urgentes, que foram impactados devido à pandemia COVID-19, já que a capacidade não utilizada de cuidados de saúde pode existir do outro lado da fronteira.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

Prometidos 6,4 mil milhões de euros durante a Conferência de Bruxelas sobre a Síria em 2022

A União Europeia [presidiu](#) em 9 e 10 de maio de 2022 à sexta Conferência de Bruxelas subordinada ao tema "Apoiar o futuro da Síria e da região". A vertente ministerial de alto nível da conferência, que teve lugar a 10 de maio, reuniu instituições da UE e representantes de 55 países, incluindo os Estados-Membros da UE, bem como 22 organizações internacionais, incluindo as Nações Unidas. A conferência, que é o principal evento de 2022 para doadores em favor da Síria e da região, conseguiu mobilizar ajuda para os sírios que se encontram dentro do país e nos países vizinhos através de compromissos que totalizam 6,4 mil milhões de euros para 2022 e para os anos seguintes. Os compromissos totais deste ano são ainda mais elevados do que em 2021, quando somaram 5,3 mil milhões de euros.

Desde 2011 até à data, a União Europeia e os seus Estados-Membros têm sido os maiores prestadores de assistência humanitária e de apoio à resiliência da Síria e da região, disponibilizando um total de 27,4 mil milhões de euros. A sexta Conferência de Bruxelas constituiu uma oportunidade para reunir todos os intervenientes relevantes tendo em vista superar eficazmente a situação atual na Síria, continuar a apoiar os esforços envidados pela ONU para encontrar uma solução política global para o conflito sírio, mobilizar o apoio financeiro necessário para satisfazer as necessidades dos refugiados sírios e das suas comunidades de acolhimento nos países vizinhos, bem como para prosseguir e aprofundar o nosso diálogo com a sociedade civil.

G7 continuará a apoiar a Ucrânia

É referido em [comunicado](#) que o G7 assegurará a «continua disponibilidade para assumir novos compromissos para ajudar a Ucrânia a assegurar o seu futuro livre e democrático, de modo a que a Ucrânia possa defender-se agora e dissuadir futuros atos de agressão. Para o efeito, prosseguiremos a nossa assistência militar e de defesa às Forças Armadas Ucranianas, continuaremos a apoiar a Ucrânia na defesa das suas redes contra incidentes cibernéticos, e expandiremos a nossa cooperação, incluindo em matéria de segurança da informação. Continuaremos a apoiar a Ucrânia no aumento da sua segurança económica e energética. Juntamente com a comunidade internacional, nós, o G7, fornecemos e prometemos apoio adicional desde o início da guerra, superior a 24 mil milhões de USD para 2022 e mais além, tanto em meios financeiros como materiais. Nas próximas semanas, intensificaremos o nosso apoio financeiro coletivo a curto prazo para ajudar a Ucrânia a colmatar as lacunas de financiamento e a prestar serviços básicos à sua população, ao mesmo tempo que desenvolveremos opções - trabalhando com as autoridades ucranianas e instituições financeiras internacionais - para apoiar a recuperação e reconstrução a longo prazo. A este respeito, saudamos o estabelecimento da conta administrada por múltiplos doadores do Fundo Monetário Internacional para a Ucrânia e o anúncio da União Europeia de desenvolver um Fundo Fiduciário de Solidariedade da Ucrânia. Apoiamos o pacote de apoio do Grupo do Banco Mundial à Ucrânia e o Pacote de Resiliência do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento.».

Aprofundamento da cooperação entre a UE e o Japão, uma necessidade vital

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em representação da UE, [reuniram-se](#) com o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, por ocasião da 28.ª Cimeira UE-Japão, realizada em Tóquio, no Japão. Os dirigentes da UE e do Japão condenaram a agressão da Rússia de forma veemente, e exigiram à Rússia que cessasse imediatamente a sua agressão militar no território da Ucrânia. A UE e o Japão reforçarão a cooperação para assegurar uma região do Indo-Pacífico livre e aberta e apoiarão totalmente a unidade e a centralidade da ASEAN. A UE e o Japão também condenaram veementemente a continuação dos ensaios ilegais de mísseis balísticos levados

a cabo pela Coreia do Norte. Os dirigentes apelaram à Coreia do Norte para que cessasse as ações desestabilizadoras e abandonasse as suas armas nucleares e mísseis balísticos de todas as gamas, bem como quaisquer outras armas de destruição maciça e programas conexos.

Os dirigentes da UE e do Japão continuam também seriamente preocupados com a situação no mar da China Oriental, incluindo nas águas que rodeiam as ilhas Senkaku e no mar da China Meridional, e opõem-se firmemente a quaisquer tentativas unilaterais de alterar o status quo e aumentar as tensões suscetíveis de comprometer a estabilidade regional e a ordem internacional assente em regras. Além disso, a UE e o Japão aprofundarão o seu diálogo sobre a China, em particular no que diz respeito à dinâmica política, económica e de segurança, inclusive no que toca à situação em Hong Kong, bem como sobre os direitos humanos, nomeadamente no Sinqião.

Sri Lanka

A União Europeia (UE) e os seus 27 Estados-Membros [estão](#) a acompanhar de perto a evolução da situação no Sri Lanka. A UE condena o recente ataque hediondo contra manifestantes pacíficos em Colombo, que desencadeou novos atos de violência, depois de um mês de manifestações pacíficas ter demonstrado que, apesar de alguns incidentes isolados, os cidadãos do Sri Lanka estão em condições de exercer pacificamente o seu direito à liberdade de expressão. A UE lamenta a perda de vidas humanas, incluindo de um deputado ao Parlamento, e o elevado número de feridos.

A UE apela às autoridades para que abram um inquérito a estes acontecimentos e levem os instigadores ou autores de atos de violência a responder por tais atos. A UE insta todas as partes a absterem-se de praticar atos de violência e a darem provas de contenção. A UE recorda a importância de se salvaguardar os direitos democráticos de todos os cidadãos e de se atender a soluções que respondam aos importantes desafios com que se confrontam atualmente os cidadãos do Sri Lanka. Nos últimos meses, a UE forneceu assistência humanitária, nomeadamente para fazer face à crise da COVID-19 e aos desafios daí decorrentes, e está a estudar ativamente formas de atenuar ainda mais as consequências da crise económica para as pessoas mais vulneráveis.



Tecnologia, comunicações, informática e satélites

Cibersegurança das redes 5G: UE publica relatório sobre a segurança da Open RAN

Os Estados-Membros da UE, com o apoio da Comissão Europeia e da ENISA, a Agência da UE para a Cibersegurança, publicaram um [relatório sobre a cibersegurança da Open RAN](#). Este novo tipo de arquitetura de rede 5G proporcionará, nos próximos anos, uma forma alternativa de implantar a parte de acesso rádio das redes 5G com base em interfaces abertas. Este facto constitui mais um passo importante no trabalho coordenado a nível da UE sobre a cibersegurança das redes 5G, demonstrando uma forte determinação em continuar a responder em conjunto aos desafios colocados pelas redes 5G em matéria de segurança e a acompanhar a evolução da tecnologia e da arquitetura 5G.

Os cidadãos e as empresas da UE que utilizem aplicações avançadas e inovadoras baseadas nas redes 5G e em gerações futuras de redes de comunicações móveis devem beneficiar dos mais elevados padrões de segurança. No seguimento do trabalho coordenado já realizado a nível da UE para reforçar a segurança das redes 5G com o [conjunto de instrumentos da UE para a cibersegurança das redes 5G](#), os Estados-Membros analisaram as implicações da Open RAN em matéria de segurança.

Reforço da cibersegurança e da resiliência na UE - acordo provisório do Conselho e do Parlamento Europeu

O Conselho e o Parlamento Europeu [acordaram](#) em elevar o nível comum de cibersegurança em toda a União, a fim de melhorar ainda mais a resiliência e a capacidade de resposta a incidentes tanto do setor público como do privado. Uma vez adotada, a nova diretiva, denominada "NIS2", substituirá a atual diretiva sobre segurança de redes e sistemas de informação (a diretiva NIS). A NIS2 estabelecerá a linha de base para medidas de gestão de riscos de cibersegurança e obrigações de comunicação em todos os setores abrangidos pela diretiva, tais como energia, transportes, saúde e infraestruturas digitais.

A futura diretiva visa eliminar divergências nos requisitos de cibersegurança e na implementação de medidas de cibersegurança em diferentes Estados-Membros. Para o conseguir, estabelece regras mínimas para um quadro regulamentar e estabelece mecanismos para uma cooperação eficaz entre as autoridades relevantes de cada Estado. Atualiza a lista de setores e atividades sujeitos a obrigações de cibersegurança, e prevê soluções e sanções para assegurar a sua aplicação. A diretiva estabelecerá formalmente a Rede Europeia de Organizações de Ligação para as Crises Cibernéticas, EU-CyCLONE, que apoiará a gestão coordenada de incidentes de cibersegurança em larga escala.

Mais no Parlamento Europeu...

[Calendário para 2022 e 2023.](#)



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.

Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).

IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.

Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).

Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).

Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).

Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no

número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)

[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

[O Gabinete dos Açores em Bruxelas no Registo de Transparência da União Europeia](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!